

A narrativa jornalística e o discurso da História

The journalistic narrative and the discourse of History

Eliza Bachega Casadei¹

Resumo:

A partir dos conceitos de ilusão referencial, de Roland Barthes, e de pressupostos e subentendidos de Oswald Ducrot, o objetivo do presente trabalho é investigar o posicionamento dos discursos históricos nas narrativas jornalísticas, tendo como parâmetros os efeitos de real engendrados e os intertextos mobilizados nas construções de sentido das reportagens. Iremos estudar determinadas características do discurso histórico - que, com a desarticulação da tripartidaridade signica se reveste dos privilégios do “aconteceu” e acredita mostrar o real o representa – e algumas das funções que os dados do passado assumem quando inseridos nas matérias. A partir desse quadro teórico, estudaremos como o discurso histórico se coloca (ilusoriamente) como uma testemunha insuspeita diante de dois fatos suspeitos: o próprio acontecimento presente (enquanto não transparente) e o jornalista.

Palavras-chave: Narrativa Jornalística; Discurso Histórico; Efeitos de Real; Pressupostos; Subentendidos.

Abstract:

Through Roland Barthes's definition of referential illusion and Oswald Ducrot's theory of implications, the objective of this article is to investigate the position of the historical discourse in the journalistic narratives, with the parameters of the effects of real and the intertexts presents in the construction of newspapers reports. We will study some characteristics of the historical discourse and some functions that it assumes in the journalistic narrative. We will study how the historical discourse place itself as an unsuspected testimony between two suspect facts: the happening itself (as opaque) and the journalist.

Key-words: Journalistic Narrative; Historical Discourse; Effects of Real; Implications.

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Também é editora executiva da Revista Anagrama e colaboradora do livro “Palavras Proibidas: pressupostos e subentendidos na censura teatral”. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil).

1. A ausência dupla da representação histórica e o discurso do outro:

Todorov (2002) chama a atenção para o fato de que o trabalho da memória se estrutura em torno de duas premissas principais que são a fidelidade para com o passado e a utilidade para o presente. A imagem renascentista que ele descreve sobre uma mulher de dois rostos (cada um deles voltado para um lado da cadeia temporal) que carrega em uma das mãos um livro – para buscar informações sobre o passado – e na outra, um lápis – para escrever sobre o presente – evoca o fato de que há sempre um mediador entre o passado e o presente: estão postos, entre essas duas temporalidades, sempre um narrador e uma narrativa.

Mais do que “dar a ver” ou “colocar sob os olhos”, no entanto, essa narrativa também “dá a entender”, em uma operação que engendra o “entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade no seio da representação historiadora” (RICOEUR, 2007: 276). Isso porque, segundo Ricoeur, a apresentação do passado se constitui mesmo enquanto uma imagem presente de uma coisa ausente (na medida em que a própria coisa ausente desdobra-se em desaparecimento e existência no passado). Esse “ter sido, apesar de não ser mais” da História, no entanto, mais do que simplesmente tornar o passado próximo ou reconhecível, também apresenta, em seu próprio signo, uma série de personagens e instituições que se aloca sob uma teoria. Assim, além de uma função meramente cognitiva (na medida em que cristaliza significados), a representação historiadora também possui uma função social, gerando regimes discursivos na inscrição do sujeito.

O uso do nome próprio – Revolução Francesa, ‘solução final’, etc. – é um dos signos distintivos da lógica circular, em virtude da qual o nome próprio funciona como sujeito lógico para toda uma série dos atributos que o desenvolvem em termos de acontecimentos, estruturas, personagens, instituições. Essas *narratios*, como diz Ankersmit, tendem à auto-referencialidade, já que o sentido do nome próprio não é dado fora dessa série de atributos (RICOEUR, 2007: 291)

Neste sentido, a definição da representação historiadora de Ricoeur está ancorada nas limitações e nas características impostas pela linguagem, na medida em que, enquanto “sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação que reside o ideológico” (BRANDÃO, 1995:10).

O autor observa, no entanto, que essa apresentação do passado possui algumas particularidades (que não são exatamente exclusivas da História, mas que, neste caso se tornam bastante patentes). Ele se refere ao fato de que a representação historiadora lida com uma ausência dupla: a primeira, posta pela linguagem, está na ausência das coisas nas palavras, do nomeado nos nomes; a segunda, posta pelo caráter do referente, está na morte do passado na condição de decorrido. “Dupla ausência, portanto, ‘a da coisa que não existe mais’ e a do acontecimento que ‘nunca foi como se disse’” (RICOEUR, 2007: 379). E é neste sentido que a representação historiadora se caracteriza como a fala de um outro. Ou seja, mais do que “dar a ver” e “dar a entender”, a apresentação do passado também “faz falar”.

Acontecimento e nome andam juntos na encenação. Quem faz ver, faz falar. Essa outorga da palavra é particularmente inelutável em se tratando dos ‘pobres’, esses anônimos, ainda que queixas e autos venham apoiá-la. O discurso substituído é essencialmente antimimético; ele não existe, produz algo oculto: ele diz o que esses outros poderiam dizer (RICOEUR, 2007: 356).

Uma vez que os rastros são mudos, esse “falar ainda” do passado é possibilitado pela narrativa da História. Como bem aponta Michelet, “a escrita historiadora dá lugar à falta, e a esconde; ela cria essas narrativas do passado que são equivalentes aos cemitérios nas cidades; ela exorciza e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos” (MICHELET *apud* RICOEUR, 2007: 378). Em outras palavras, “é a função do discurso, como lugar da palavra, oferecer aos mortos do passado uma terra e um túmulo” (RICOEUR, 2007: 380).

As narrativas que tem como matéria-prima o passado – e que dão a ver, a entender e a falar o discurso de um outro – no entanto, não estão restritas a produtos arquitetados por profissionais do campo da História. Os túmulos de que nos fala Ricoeur estão espalhados por uma infinidade de produtos culturais, como se determinados eventos simplesmente não passassem, como se determinados acontecimentos passados se tornassem cada vez mais presentes e tagarelas.

Embora o tempo presente seja a veia mestra nos estudos sobre o jornalismo – pois, como bem coloca Franciscato (2001), nos gêneros jornalísticos, “o tempo presente não é uma qualidade adicional ao conteúdo, mas o próprio demarcador de sua especificidade em relação aos demais conteúdos” midiáticos – nós podemos encontrar uma grande quantidade de reportagens que fazem remissões a fatos históricos. No mês de Abril de 2009, as revistas *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *IstoÉ* publicaram, juntas, um

total de 571 matérias². Destas, 429 (ou 75%) reportavam eventos anteriores ao ano de 1995. Em algumas edições, este número é ainda mais impressionante. Na edição do dia 1 de Abril de 2009, essa porcentagem atingiu 94% das matérias publicadas na *Carta Capital*³.

Diante dessa perspectiva, o objetivo do presente artigo é apresentar alguns aspectos interdiscursivos existentes entre a narrativa da História e a apresentação do presente posta em operação pela narrativa jornalística a partir de dois parâmetros principais: (1) os efeitos de sentido que são mobilizados a partir da inserção dos dados históricos na construção das reportagens e; (2) os intertextos e os interdiscursos que são mediados a partir do jogo de reenvio mobilizado por essas narrativas históricas⁴.

Para isso, utilizaremos a perspectiva da Teoria das Implicações, de Oswald Ducrot - que articula as condições de formulação dos enunciados (pressupostos) às inferências edificadas a partir dessas formulações (subentendidos) – combinada com a análise de Roland Barthes sobre os efeitos de real engendrados pelos discursos históricos. É a partir deste quadro que poderemos articular as pistas sobre a importância da narrativa histórica na construção de reportagens jornalísticas – uma narrativa que, paradoxalmente, é definida justamente por seu ancoramento no tempo presente.

2. O Discurso Histórico e a Produção dos Efeitos de Real:

3.

Antes de passarmos para a análise do campo jornalístico, gostaríamos de esmiuçar, primeiramente, a crítica que Roland Barthes faz ao discurso histórico. Segundo o autor, este se reveste de determinadas características que, ao tomar o princípio do “aconteceu” como um princípio suficiente da fala, geram um efeito de realidade que passa a ilusão de encontrar o real que ele representa. Essas características podem ser esmiuçadas no plano das enunciações, dos enunciados ou das significações.

² Por “matérias” estamos nos referindo a todos os textos que ocupavam uma página ou mais da revista.

³ No mês de abril de 2009, a revista *Carta Capital* foi a publicação que mais fez referência a fatos ocorridos antes do ano de 1995. A média das cinco edições publicadas neste mês foi de 83,22% (com variação de 75,75% a 94,59%). A revista *Veja* foi a que teve menor porcentagem, com uma média de 69,17% (com variação entre 54,16% e 77,77%). Entre as duas, a revista *IstoÉ* apresentou 70,74% de matérias deste tipo (variação de 62,5% a 85,71%) e a *Época* com 76,15% (variação de 72,72% a 78,12%).

⁴ As reflexões presentes neste trabalho fazem parte do projeto de pesquisa de mestrado com apoio do CNPq, intitulado “Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos de ontem nas notícias de hoje”, desenvolvido pela autora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). O propósito da pesquisa é mapear os usos da História na construção das reportagens das quatro principais revistas noticiosas nacionais em termos de vendagem - a saber, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*.

No nível da enunciação, uma das características mais manifestas está na ausência dos signos de destinação. Embora toda estrutura do discurso implique um sujeito de leitura, o discurso da história parece caracterizado pelo afastamento aparente de um “tu”. Os signos relativos ao anunciante (o destinador) são mais frequentes, embora anunciem a existência de um tipo bastante específico de sujeito da fala. Trata-se de um sujeito que anula a sua pessoa passional, substituindo-a por uma existência objetiva. No nível do discurso, a partir desta ausência de signos que remetam a esse anunciante passional, ela se refere à ilusão de que a História “fala sozinha”.

Esses efeitos de sentido não estão presentes apenas no nível da enunciação. Quanto ao enunciado, Barthes coloca que enquanto o estatuto de um processo em geral pode ser assertivo, negativo ou interrogativo, o estatuto do discurso histórico é sempre assertivo (constatativo), se assemelhando ao discurso do esquizofrênico, que não aceita outras possibilidades. E isso porque “o fato histórico está linguisticamente ligado a um privilégio do ser: se conta o que foi, não o que não foi ou o que foi duvidoso” (BARTHES, 1988). Neste sentido, o discurso histórico não conhece a negação.

No nível da significação, no entanto, é onde Barthes aloca o principal efeito de sentido que o discurso histórico mobiliza. Não obstante o fato de que os acontecimentos históricos não podem ter uma existência dada fora da linguagem, todo o sentido do texto é construído como se essa existência não fosse mais do que a cópia pura e simples de uma outra existência situada em um plano extratextual da realidade. Trata-se de um discurso que se constrói tal como se o referente pudesse ser alocado em um lugar que fosse exterior ao discurso, mas sem que, paradoxalmente, pudéssemos acessá-lo de fora deste discurso. O lugar da realidade dentro dessa estrutura discursiva é, portanto, fruto de um curto-circuito entre o referente e o significante:

O discurso histórico supõe, podemos dizer, uma dupla operação muito retorcida. Em um primeiro momento (esta decomposição, evidentemente, é só uma metáfora), o referente está separado do discurso, se converte em algo exterior a ele, em algo fundador, se supondo que ele algo que o regula. (...) Mas, em um segundo momento, é o significado mesmo que é rejeitado, é confundido com o referente; o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado, simplesmente, de *expressar* a realidade. (...) Podemos dizer que o discurso da História é um discurso performativo falseado, em que o constatativo (o descritivo) aparente não é, de fato, mais que o significante do ato de fala como ato de autoridade (BARTHES, 1988).

Este “efeito de real” é obtido, portanto, porque a realidade se apresenta no discurso histórico como um significado informulado, protegido pela onipresença

aparente do referente, segundo as palavras de Barthes. Em resumo, portanto, ele é possível porque o discurso histórico é narrado a partir de uma série de elementos que são comuns às narrativas ficcionais, ou seja: (1) o mascaramento do sujeito da fala que cria a impressão de que a história se conta sozinha; (2) o estatuto assertivo do discurso, que toma o ter sido das coisas como princípio suficiente de sua veracidade e (3) a fusão do referente e do significado (enquanto estrutura imaginária) em virtude do referente que, revestido dos privilégios do “aconteceu” acredita encontrar o real que representa.

Obviamente, a maneira como os dados históricos são inseridos nas reportagens não poderiam seguir uma lógica diferente. A matéria “Efeito Colateral”, por exemplo, publicada na edição de 08 de Abril de 2009 na revista *Veja*, noticia a queda de 10 pontos percentuais na avaliação positiva do governo Lula e afirma que isso mostra como há uma intrínseca relação entre o bom desempenho na economia e a popularidade do governante. Na metade do segundo parágrafo da matéria, coloca-se:

Desde José Sarney e seu Plano Cruzado, todos os presidentes foram bem avaliados nas pesquisas em épocas de bonança econômica e, da mesma forma, mergulharam na impopularidade quando confrontados com a inflação, desemprego e recessão (veja o quadro) (CABRAL, 08/04/2009: 65).

Para citar mais um exemplo, podemos destacar também a reportagem “O Melhor vem depois”, publicada na edição de 22 de Abril de 2009 da revista *IstoÉ*, que defendia o projeto de construção de muros em torno das favelas cariocas, afirmando que isso traria um crescimento mais ordenado para a cidade. No terceiro parágrafo, o texto comenta um suposto início da expansão das favelas cariocas:

O descontrole sobre as construções irregulares tem explicação histórica. Desde os anos 1980, quando o governador Leonel Brizola chegou ao poder no Estado, a palavra ‘remoção’ foi excluída do vocabulário político carioca em nome da popularidade nas urnas. Brizola conteve a truculência policial nos morros, mas incentivou a multiplicação de barracos, inclusive com a concessão de lotes em várias regiões do Estado. Seus sucessores assistiram passivos ao crescimento desordenado da favelização da cidade (MAGRO, 22/04/2009: 51).

Nos dois trechos destacados, podemos rastrear as características dos discursos históricos propostas por Barthes. A figura do enunciador, por exemplo, está ausente nos dois textos. Se de uma forma geral estamos acostumados a nos deparar nas revistas como expressões auto-referenciais (tais como “*Veja* apurou” ou “*IstoÉ* entrevistou”) que marcam a procedência da enunciação, tais marcações parecem um tanto implausíveis

quando as informações em questão são dados históricos. Nenhum jornalista “apura” um acontecimento histórico, ele somente o põe no papel: tal como se a História pudesse se contar sozinha, tal como se este fosse um conhecimento geral já dado. Da mesma forma, os enunciados não são postos como negativos (o não aconteceu) ou interrogativos (duvida sobre o que possa ter acontecido). Trata-se de uma afirmação, uma constatação do que aconteceu.

Estes dados históricos não são postos como indícios da realidade, mas sim, como a realidade mesma em uma narrativa fechada. Ao se revestir dos privilégios do “aconteceu”, podemos notar a construção do efeito de sentido proposto por Barthes como ilusão referencial (a partir da ilusão de conjugação entre o significado e o referente, em favor do referente) e o consequente efeito de real. É como se os fatos relatados já estivessem dados e coubesse ao jornalista simplesmente escrever o real que eles apresentam como já dado.

Esse mecanismo se torna particularmente interessante em alguns textos cuja simples menção da História, mesmo que deslocada de uma narrativa mais complexa, serve como índice de um real que aflora. É o caso, por exemplo, do editorial da edição de 01 de Abril de 2009 da revista *Veja*, que tratava sobre a prisão de Eliana Tranchesi. Para a revista, “a caça aos ricos é uma tentação suicida que, como demonstra a História, só produz mais miséria moral, política, econômica e social” (VEJA, 01/04/2009: 12). O editorial não se ocupa em detalhar quais foram as ocasiões históricas em que a caça aos ricos teria redundado na ampliação de misérias, porém, o próprio signo funciona como uma espécie de índice do real ou, mais do que isso, como uma lição já aprendida.

Um detalhe curioso, no entanto, é o fato de que essas pequenas narrativas históricas alocadas no meio das reportagens, muitas vezes, não acrescentam muitas informações novas além das que já estavam postas nos textos. Na reportagem sobre a queda da popularidade de Lula, por exemplo, a revista já havia afirmado que “em democracias consolidadas, porém, já está mais do que demonstrado que a popularidade do governo está relacionada ao sucesso da economia” (CABRAL, 08/04/2009: 65) sem necessitar de referências adicionais no passado. Essa aparente redundância (ou estes “detalhes insignificantes”), no entanto, possuem uma lógica bastante precisa se o considerarmos sob o ponto de vista dos efeitos de real.

No texto que sucede “O Discurso da História”, Roland Barthes se dedica ao estudo de determinados elementos presentes nos textos literários que ele chama de “detalhes inúteis”. Trata-se das descrições exaustivas de pequenas particularidades do

cenário, que não necessariamente contribuem com a narrativa (nem como índice da atmosfera, nem como pista sobre o caráter dos personagens e nem sob nenhum outro aspecto), mas que, não obstante, estão presentes em um grande número de obras realistas. Ao contrário de serem insignificantes (no sentido de que não teriam utilidade alguma), no entanto, Barthes enxerga uma função bastante marcada nesse detalhes aparentemente inúteis: eles criam, da mesma forma como havia sido descrito a respeito do discurso da História, uma ilusão referencial e um efeito de real.

Do mesmo modo como descrevemos anteriormente, o efeito de real atua tentando negar a tripartidade do signo “para fazer da notação o puro encontro de um objeto e sua expressão” (BARTHES, 1988). Essa tentativa de desintegração do signo opera de forma que o significado é expulso da equação e tenta-se uma correspondência imediata entre o significante e o referente. O que esses detalhes insignificantes dizem, portanto, é que eles são o real.

O próprio Barthes aponta a similaridade do efeito de real produzido na literatura realista com aquele presente no discurso da História:

Mas esse mesmo real possui uma referência essencial no relato histórico que supõe se referir “ao que realmente acontecer”: o que importa então a não funcionalidade de um detalhe a partir do momento que ele denota “o que aconteceu”. O “real concreto” se torna a justificação suficiente do dizer. A história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é, de fato, o modelo desses relatos que admitem chegar aos interstícios de suas funções com notações estruturalmente supérfluas e, é lógico que o realismo literário tenha sido, com aproximação de alguns decênios, contemporâneo do reinado da História “objetiva”, a que tem agregado o desenvolvimento das técnicas, das obras e das instituições fundadas na necessidade incessante de autenticar o “real” (BARTHES, 1988).

No caso das reportagens analisadas, não estamos nos referindo ao fato de que as narrativas históricas estão permeadas por estes detalhes insignificantes que constroem o efeito de real, mas sim, como se elas próprias, quando inseridas no meio das matérias se convertessem nestes detalhes em meio uma narrativa jornalística mais ampla. Apesar da redundância que encerram em meio a outros dados do presente já existentes nas matérias, estes lampejos do passado são importantes na medida em que se constituem, eles próprios, enquanto mobilizadores destes efeitos de real.

Chamá-las de “detalhes inúteis” neste caso, no entanto, não parece ser exatamente correto. Se o fizermos, estaremos ignorando uma outra forma de articulação dos sentidos de um texto, que não se limita ao plano do que está explicitamente posto.

Nós voltaremos à temática dos efeitos de real posteriormente, mas, por enquanto, é necessário analisar as articulações não-explicitas de discursos que estas narrativas históricas encerram como forma de delimitar melhor a função que elas exercem na composição das reportagens jornalísticas.

4. Interdiscursos: pressupostos e subentendidos

Para Oswald Ducrot, a língua não pode ser concebida como um código de comunicação fechado; deve ser entendida tal como um jogo, "ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo que se confunde com a existência cotidiana" (DUCROT, 1972: 12). Caso contrário, estaríamos admitindo que "os conteúdos expressos graças a ela são exprimidos de maneira explícita (...) assim, o que é dito no código é totalmente dito, ou não é dito de forma alguma" (DUCROT, 1972: 13). A realidade da língua abarca, no entanto, o fato de que "muitas vezes temos necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas, e de poder fazer como se não tivéssemos ditos: de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito" (DUCROT, 1972: 13).

E é desta forma que a linguagem se apresenta como um jogo de remissões entre conteúdos explicitamente postos e outros que estão apenas implícitos. Mais do que isso, todo o conteúdo carrega uma série de interdiscursos não ditos. Como explica Zandwais (1990: 15), "se por um lado a língua pode se representar como um objeto atestado e transparente, por outro, pode se constituir num lugar que se configura por ocultamentos, resistência, negligências, camuflagem, ambiguidades, ou, ainda, enfrentamentos".

Desta forma, os componentes retóricos as moldam de maneira que o que é dito representa a forma mais forte que certa enunciação poderia ser posta em dado contexto. Nesta distância entre a significação e o sentido estão os implícitos da linguagem. Estes lugares implícitos da língua podem ser estudados a partir dos conceitos operatórios dos pressupostos e dos subentendidos.

Os pressupostos são elementos inscritos nos enunciados (e que carregam marcas linguísticas, como determinados verbos, advérbios e conjunções chamados de "marcadores de pressuposição") que norteiam e delimitam as direções a serem tomadas pelos interlocutores. Ou seja, é a plataforma comum (ou elementos que precisam ser inferidos) que permite que determinados enunciados sejam entendidos. Como bem

explica Fiorin (2002: 182), trata-se de um recurso argumentativo que aprisiona o leitor dentro de uma determinada lógica do texto criada pelo autor, uma vez que, quando o posto é tido como verdadeiro, o pressuposto também o é – ou seja, o pressuposto é apresentado como evidente e indiscutível. Ou seja, “pressupor não é dizer o que o ouvinte sabe ou o que se pensa que ele sabe ou deveria saber, mas situar o diálogo na hipótese de que ele já soubesse” (DUCROT, 1987: 20).

Os subentendidos, por sua vez, não carregam marcas linguísticas inscritas nos enunciados. Eles estão mais relacionados ao contexto de produção da fala e às possíveis interpretações por parte dos ouvintes. Ele responsabiliza o leitor por determinada interpretação do texto – interpretação esta induzida pela própria enunciação.

O pressuposto, portanto, de acordo com Fiorin, é dado como indiscutível tanto para o falante quanto para o ouvinte, enquanto o subentendido é de inteira responsabilidade do ouvinte. Neste último, inclusive, o autor pode se aproveitar do sentido literal da expressão, para negar determinados implícitos de sua fala.

É a partir destes elementos, que podemos entender como as narrativas históricas existentes nas reportagens mobilizam discursos outros, que se diferenciam daqueles postos quando analisamos somente o nível dos conteúdos explícitos dos textos.

Se retornarmos aos dois exemplos que trabalhávamos anteriormente, poderemos enxergar com mais clareza quais tipos de discursos eles mobilizam para além de seu plano imediato de significação. No texto sobre a popularidade de Lula, marcadores de pressuposição tais como “desde” e “todos os presidentes” mobilizam o pressuposto de que o fato de os governantes serem bem cotados em épocas de crescimento econômico e assistirem a uma queda de aprovação nos momentos de recessão são muito mais do que uma coincidência: esse movimento se firmaria mesmo como uma *regra histórica*, tal como um determinismo, como um processo do qual não se pode escapar.

A partir disso, o subentendido que a matéria provoca é o de que, por mais impressionante que seja a popularidade obtida pelo presidente Lula, ela estaria fadada a uma queda ainda maior, uma vez que a crise econômica a encaixaria nesta regra histórica pressuposta. A reportagem em nenhum momento faz um exercício de futurologia a respeito dos próximos índices de aprovação do governo afirmando categoricamente que eles irão baixar mais. Mas é isso o que se pode inferir através dos interdiscursos que atravessam o texto, mostrando que as narrativas históricas possuem uma função bem demarcada para além de sua redundância como simples efeito de real.

Da mesma forma, o dado histórico trazido pela reportagem sobre a construção de muros em torno das favelas cariocas também traz implícitos em sua elaboração, que ajudam a compreender o sentido do texto. As articulações entre marcas de pressuposição tais como “o descontrole sobre as construções irregulares tem explicação histórica” com “vocabulário político”, “incentivou” ou “sucessores assistiram passivos” marcam a assunção de pressupostos que responsabilizam, diretamente, a adoção de determinadas políticas públicas pelo aumento estatístico do número de favelas cariocas desde a década de 1980. Ainda se trata da construção de uma *regra* e de uma *regularidade* histórica, porém, neste caso, calcada em uma exemplificação generalizadora.

Entre os subentendidos que o trecho pode provocar, está a dissociação da figura de Leonel Brizola – um político tido como pejorativamente populista no imaginário nacional – e a do atual governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, com a consequente valorização das ações deste último. Há uma identificação subentendida, portanto, entre os críticos do projeto dos muros e os políticos populistas que pautam suas ações na busca por votos e não pelo bem estar da população. Além disso, podemos apontar também para a construção da ideia de que, assim como a expansão das favelas foi obra da adoção de determinadas políticas públicas, o seu fim só poderia estar posto na tomada de políticas públicas opostas.

A partir das reportagens analisadas, podemos notar que, embora os subentendidos possam mediar uma quantidade bastante vasta de interdiscursos e de intertextos dependendo do contexto de sua inserção, os pressupostos dos dados históricos estão quase sempre vinculados ao estabelecimento de uma *regra histórica* – seja para marcar um determinismo, uma imprevisibilidade de desfecho ou a determinação de uma partilha. Esse estabelecimento de *regularidades*, como bem aponta Hannah Arendt, é uma característica marcante do discurso histórico da modernidade.

Segundo a autora, a noção de História entre os gregos era essencialmente diferente da que carregamos atualmente. A primeira parte das Guerras Pérsicas de Heródoto - em que ele expõe que os feitos eram ali relatados para que “a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que os feitos maravilhosos e admiráveis dos helenos e dos bárbaros não deixem de ser lembrados” (HERODOTO, 1985) - já indicaria uma íntima relação, bastante comum em toda historiografia grega, entre o conceito de História e a ideia de Natureza.

Isso porque a natureza grega era simplesmente concebida como um ser-para-sempre, ou seja, como possuidora de uma imortalidade inerente que se apresentava na continuidade das gerações. Na medida, no entanto, em que esta imortalidade da espécie humana não assegurava a permanência dos homens tomados como seres individuais, o homem se destaca como o único ser mortal em meio a uma natureza imortal. “Essa vida individual distingue-se de todas as outras coisas pelo curso retilíneo de seu movimento que, por assim dizer secciona transversalmente os movimentos circulares da vida biológica” (ARENDDT, 2007: 71). Desta forma, “é isso a mortalidade: mover-se ao longo de uma linha retilínea em um universo onde tudo, se é que se move, se move em uma ordem cíclica” (ARENDDT, 2007: 71).

Nesta visão sobre a História na Antiguidade, o acontecimento era tido como inteligível por si só. E isso porque os temas da História eram essas interrupções extraordinárias, essas situações únicas que rompiam o movimento circular da vida diária. Como bem coloca Arendt,

a conexão entre História e natureza, pois, de maneira alguma é uma oposição. A História acolhe em sua memória aqueles mortais que, através de feitos e palavras, se provaram dignos da natureza, e sua fama eterna significa que eles, em que pese sua mortalidade, podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre (ARENDDT, 2007: 78).

A modernidade, no entanto, muda radicalmente essa noção do discurso histórico. Encontrando sua conceituação mais eloquente na filosofia hegeliana, a História abandona os feitos extraordinários, o que implica dizer que “pensamos e consideramos tudo em termos de processos, não nos interessando por entidades singulares ou ocorrências individuais e suas causas distintas e específicas” (ARENDDT, 2007: 93). Os acontecimentos deixam de ser inteligíveis por si só.

A tese de Arendt se estrutura em torno da premissa de que “pensar, com Hegel, que a verdade reside e se revela no próprio processo temporal é característico de toda a consciência histórica moderna, como quer que esta se expresse – em termos especificamente hegelianos ou não” (ARENDDT, 2007: 101). Para que os acontecimentos singulares adquiram um sentido, dentro deste escopo de pensamento, ele deve ser inserido dentro de um processo maior, tal como se os acontecimentos singulares nada mais fossem do que desdobramentos de um quadro de relações de longa duração temporal.

O que Arendt mostra, portanto, é uma mudança nas formações discursivas que regem o discurso da História. Pensando com a autora, podemos notar como o jornalismo adota essa formação discursiva na medida em que aloca os acontecimentos presentes noticiados dentro de um espectro temporal mais amplo, em uma relação processual (mesmo que não necessariamente teleológica), em um grande número de matérias. Neste sentido, os dados históricos funcionam como articuladores de significação possíveis nas narrativas jornalísticas.

5. O Discurso da História como Testemunha Insuspeita

As representações dos fatos do passado engendradas pelas narrativas históricas operam a passagem, de acordo com Paul Ricoeur (2007), de uma cena traumática para uma cena simbólica. As expectativas sociais coordenadas em torno desta narrativa, no entanto, muitas vezes ignoram seu caráter essencialmente imaginário e colocam o discurso da História como um outro capaz de realizar o desejo de imparcialidade, tal como um juiz. “A razão é que os papéis respectivos do historiador e do juiz, designados por sua intenção de verdade e de justiça, os convidam a ocupar a posição do terceiro em relação aos lugares ocupados no espaço público pelos protagonistas da ação social”. Este papel é importante na medida em que “um desejo de imparcialidade está ligado a essa posição de terceiro”, mesmo que esta se apresente “sob o signo da impossibilidade de um terceiro absoluto” (RICOEUR, 2007: 330).

A dupla ausência dos discursos históricos (uma delas que é posta pela sua dependência com a linguagem e a outra alocada na condição de decorrido do referente), portanto, muitas vezes é relegada em proveito de um efeito de real e de uma ilusão referencial. Como bem aponta Roland Barthes, este efeito é obtido através de uma aparente desarticulação da tripartidaridade do signo, em que o significado (enquanto estrutura imaginária) é tido como um elemento vergonhoso, passível de ser fundido ao referente. Essa correspondência imediata entre o significante e o referente cria uma ilusão referencial e um efeito de realidade na medida em que o discurso histórico, ao se acreditar revestido pelos privilégios do aconteceu, também se outorga o privilégio de encontrar o real que representa. E é nesta medida que ele pode se constituir enquanto um discurso que mascara o sujeito da fala (criando a impressão de que a História se

conta sozinha) e que se vale de um estatuto assertivo do discurso (suscitando o efeito de que o ter sido das coisas se constitui como princípio suficiente de sua autoridade).

Quando tentamos posicionar o local ocupado por este discurso histórico dentro de uma concepção ampla de narrativa jornalística, se torna bastante clara a maneira como este se constitui como um recurso poderoso de argumentação, a partir da ótica dos efeitos de real que ele engendra – e ainda mais especialmente quando estudamos o jornalismo de revista. Na comemoração de aniversário dos 40 anos da revista *Veja*, no dia 02 de Setembro de 2008, Roberto Civita afirmou categoricamente que a função da revista, desde seu início, era honrar o compromisso com seu público e que isso significava basicamente “informá-los corretamente, contar-lhes a verdade e **opinar**” (CIVITA, 02/09/2008 – grifo nosso). Da mesma forma, Mino Carta escreveu, no editorial da edição comemorativa de 15 anos de *Carta Capital*, que a ética da publicação estava alicerçada na máxima “opinião exposta sem meios-termos” (CARTA, 27/05/2009: 13). Estamos diante, portanto, de um jornalismo essencialmente opinativo.

A partir desta perspectiva, podemos tentar situar alguns efeitos de sentido proporcionados por estas inserções. Como o discurso histórico é construído a partir de uma ilusão referencial - que acredita encontrar o real que representa a partir dos privilégios do “aconteceu” – sua inserção nas narrativas jornalísticas criam um efeito de sentido tal como se ele se constituísse como este terceiro imparcial de que nos fala Ricoeur. É como se o discurso histórico, a partir de todas as suas características que foram descritas anteriormente, se posicionasse como uma testemunha insuspeita em meio a dois fenômenos suspeitos: o próprio acontecimento do presente noticiado (enquanto não transparente) e o jornalista (que está inserido em um tipo de jornalismo explicitamente opinativo)⁵.

Este efeito de sentido, obviamente, pode ser desmobilizado a partir da análise dos intertextos e dos interdiscursos alocadas nestas narrativas históricas. Apesar de os dados históricos inseridos apresentarem, em algumas ocasiões, informações redundantes em relação à narrativa mais ampla da reportagem, os pressupostos e os subentendidos alocados nestes fragmentos do passado mostram discursos outros daqueles que estão explicitamente postos nos textos. São nestes interstícios que o passado se coloca a

⁵ Não estamos tratando, aqui, de um efeito de sentido que possa ser expandido para todas as reportagens publicadas em uma revista (na medida em que nem todas as reportagens fazem remissões a dados históricos) e, nem ao menos, a todas as matérias que citam determinados eventos históricos. Não obstante, esse efeito de sentido pode ser observado em um número bastante significativo dos textos publicados nas revistas analisadas.

serviço do presente. O jornalismo de certa forma, então, operacionaliza o fenômeno que Frederic Jameson chama de pilhagem da História, como a capacidade de “absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente” (JAMESON *apud* HARVEY, 1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDETT, Hannah.** *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BARTHES, Roland.** *El Susurro del Lenguaje*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1988.
- BRANDÃO, Helena Nagamine.** *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- CABRAL, Otávio.** “Efeito Colateral”. *Veja*. Edição 2107, ano 42, número 14, 08/04/2009, p. 64-65.
- CARTA, Mino.** “Como remar contra a corrente”. *Carta Capital*. Ano 15, número 547, 27/05/2009, p. 12-13.
- CIVITA, Roberto.** “Discurso de Roberto Civita no encontro”. *Veja on-line*. 02/09/2008. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/discurso-roberto-civita-encontro-326312.shtml>>. Acesso em 15/10/2008.
- DUCROT, Oswald.** *Princípios da Semântica Linguística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- DUCROT, Oswald.** *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- FIORIN, José Luiz.** “A Linguagem em Uso”. In: FIORIN, José Luiz (org.). *Introdução à Linguística: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo.** “A atualidade no jornalismo”. In HOHLFELDT, Antonio *et alli*. *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001.
- HARVEY, David.** *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HERODOTO.** *História*. Brasília: Editora UNB, 1985.
- MAGRO, Maíra.** “O Melhor vem depois”. *IstoÉ*. Ano 32, número 2058, 22/04/2009, p. 50-53.
- RICOEUR, Paul.** *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SANTO AGOSTINHO.** *Confissões*. São Paulo: Paulus, 2003.
- TODOROV, Tzvetan.** *Memória do Mal, Tentação do Bem: indagações sobre o século XX*. São Paulo: Arx, 2002.

VEJA. “A lei vale para todos”. *Veja*. Edição 2106, ano 42, número 13, 01/04/2009, p. 12-13.

VOGT, Carlos. *Linguagem Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

ZANDWAIS, Ana. *Estratégias de Leitura: como decodificar sentidos não-literais na linguagem verbal*. Porto Alegre: Sagra, 1990.